

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: E AGORA?

Rejane Raffo Klaes*
Eloisa Futuro Pfitscher*

RESUMO

O trabalho propõe a retomada de ações que viabilizem a integração das bibliotecas universitárias, através de esforços coletivos, como forma de consolidar o Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias, a partir das diretrizes definidas no 1º e 2º PNBUs.

1 INTRODUÇÃO

Desde 1991, por ocasião do 7º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, há o consenso da necessidade de prosseguimento do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias - PNBUs, visto que o Programa teria encaminhado importantes questões para as bibliotecas, funcionando como uma espécie de ligação direta através da qual suas demandas encontravam algum tipo de resposta, e fortalecendo as bibliotecas junto às administrações das Instituições de Ensino Superior - IES (GARCIA, 1991).

Não estamos propondo um novo PNBUs. Mas, a partir do momento em que a comunidade, reconhecendo a importância do Programa, sugeriu sua continuidade, pensamos que, se a situação sócio-político-econômica não dá espaço à institucionalização de um programa desta natureza, neste momento, devemos nos articular institucionalmente, em nível local, e empreender ações de interesse comum.

Assim, estaremos preparados para a implementação de um programa institucional, quando oportuno, baseados na experiência consolidada, que funcionará como garantia da execução e excelência em caso de retomada de um novo plano em nível nacional.

A idéia básica é a de que não devemos esperar pela institucionalização de um programa para agir, mas sim agir para que as coisas aconteçam. Somos responsáveis pelo nosso amanhã.

Segundo CHASTINET (1992) devemos concentrar nossa competência, vontade e determinação para criar novas linhas de ação para o desenvolvimento das bibliotecas universitárias, e para linhas de ação que assegurem também o comprometimento das pessoas, pois são elas que conduzem os processo que podem levar às mudanças.

Ainda parafraseando CHASTINET (1992), não devemos correr o risco de repetir velhas fórmulas superadas, ineficazes e ineficientes. Não podemos nos preocupar apenas com resultados. Temos que ser inteligentes o bastante para nos lembrarmos das pessoas, pois embora o tempo seja outro e o discurso diferente, a mensagem precisa ser renovada.

Os princípios básicos da reengenharia afirmam que é preciso reexaminar o trabalho necessário para criar produtos e serviços que satisfaçam plenamente os usuários, agregando valor aos serviços prestados (HAMMER; CHAMPY, 1994).

Assim, partimos de algumas propostas do 1º e do 2º PNBUS para sugerir ações que possibilitem a retomada de um desenvolvimento de interesse comum às bibliotecas universitárias. Deste modo, propomos que as bibliotecas se engajem num esforço único, verdadeiramente cooperativo, para alcançar seus objetivos.

O quadro abaixo mostra as áreas e os aspectos que foram considerados nesta proposta de ação coletiva.

QUADRO 1 - DESENVOLVIMENTO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

ÁREA	ASPECTOS
1 Administração	Informação gerencial
2 Recursos Humanos	Capacitação de pessoal técnico Educação continuada
3 Recursos Financeiros	Captação de recursos
4 Recursos Físicos	Estrutura física das bibliotecas
5 Gerenciamento de acervos	Formação e política de desenvolvimento de coleções Aquisição cooperativa e planejada Controle da produção científica Preservação do acervo
6 Tecnologia da Informação	Uso de recursos tecnológicos Fortalecimento da automação
7 Usuários e Serviços	Estudo de usuários Educação do usuário Acesso à informação e ao documento Promoção da biblioteca como recurso didático

A seguir, são comentadas as ações mínimas que devem ser empreendidas, indicando alternativas de como elas podem ser executadas.

2 ADMINISTRAÇÃO

2.1 INFORMAÇÃO GERENCIAL

As bibliotecas universitárias precisam uniformizar os tipos de dados que possam ser úteis para o planejamento, a administração e a elaboração de diagnósticos e projetos.

Este conjunto de dados deve incluir informações institucionais estatísticas, sobre acervo, usuários, serviços, avaliações, dados sobre recursos financeiros e humanos, e deve estar organizado de forma sistemática para que possam ser utilizados no momento preciso.

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 CAPACITAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO

Considerando que a qualidade da prestação de serviços depende da excelência da equipe da biblioteca, deve-se promover a capacitação dos recursos humanos, de acordo com suas atividades específicas, dentro de cada categoria funcional, oportunizando sua participação em cursos/atividades dirigidas, objetivando que cada um seja “o melhor” na tarefa que desempenha. Estes cursos podem incluir as áreas de desenvolvimento pessoal, relações humanas, desenvolvimento técnico-gerencial, informática, idiomas e, mais especificamente, técnicas de arquivo, gerenciamento de convênios e conservação e restauração de

documentos. Sempre que possível, deve ser incentivada a participação em congressos e seminários e em programas oferecidos pelas próprias universidades, através de seus departamentos de Recursos Humanos.

Esta capacitação deverá abranger também os bibliotecários com relação ao uso das fontes de informação, através de treinamento em serviço e atualização contínua acerca dos recursos informacionais que estão surgindo.

3.2 EDUCAÇÃO CONTINUADA

A educação continuada é requisito fundamental para a evolução profissional em qualquer atividade. Portanto, também é imprescindível para a área da informação.

A participação dos bibliotecários em cursos de Pós-graduação deve ser vista como fundamental para acompanhar os avanços e dominar as novas técnicas que vão surgindo, afastando o fantasma de se perder espaço para profissionais de outras áreas.

Assim, os bibliotecários devem freqüentar cursos de extensão e atualização, especialização, mestrado e doutorado, não apenas dentro da área da ciência da informação mas também no âmbito da cultura geral, tendo em vista sua atualização contínua para acompanhar as mudanças que ocorrem em grande velocidade.

Cursos como o de Especialização para Bibliotecários de Instituições de Ensino Superior (CEBIES) e outros, cujos conteúdos são direcionados especificamente para a atuação dos bibliotecários nas IES, como os oferecidos pela PUCCAMP, UFSC, UFRJ, UFRGS, devem continuar sendo promovidos.

4 RECURSOS FINANCEIROS

4.1 CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A captação de recursos não deve ficar restrita apenas aos órgãos financiadores governamentais, mas ser ampliada a partir da consciência de que a biblioteca pode e deve prestar serviços para a comunidade externa e *cobrar* adequadamente por eles.

Serviços como levantamentos em bases de dados especializadas e fornecimento de cópias de documentos podem ser ofertados a empresas e profissionais liberais, a receita advinda pode ser revertida em benefício da biblioteca.

Em bibliotecas especializadas, empresas poderiam utilizar-se de espaços para propaganda de seus produtos/serviços, mediante pagamento que poderia ser em material bibliográfico, equipamentos etc, estabelecendo, deste modo, parcerias com o setor privado.

Cada biblioteca deve refletir a respeito e descobrir formas para captar recursos e implementar parcerias de acordo com sua área de atuação.

Evidentemente, as bibliotecas devem e precisam continuar a apresentar projetos às agências financiadoras oficiais e procurar recursos junto aos projetos dos cursos de Pós-graduação.

5 RECURSOS FÍSICOS

5.1 ESTRUTURA FÍSICA DAS BIBLIOTECAS

A estrutura física nem sempre reflete as instalações ideais para uma biblioteca universitária. Não se pode esperar pelas condições ideais. Se não é viável construir um prédio novo, totalmente de acordo com as necessidades, é preciso adequar o espaço disponível.

Assim, sendo possível decidir antecipadamente o projeto arquitetônico da biblioteca, trabalhando em equipe, o resultado será o melhor aproveitamento do espaço disponível para atender as necessidades de conforto e bem-estar da comunidade usuária da biblioteca e do pessoal técnico-administrativo.

Outro item que não deve ser esquecido é a segurança do acervo e as facilidades de circulação, decorrentes de um *layout* adequado.

Enquanto não houver condições ideais deve-se adequar o espaço disponível através de medidas eficazes, como uma melhor distribuição de mesas, equipamentos, climatização, adaptação de áreas de circulação e serviços.

6 GERENCIAMENTO DE ACERVOS

6.1 FORMAÇÃO E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

A biblioteca universitária deve ter uma política de desenvolvimento de coleções consoante com os princípios de ensino, pesquisa e extensão da universidade. Esta deve ser flexível, com critérios elaborados conjuntamente por bibliotecários e docentes, de modo a fornecer indicadores que facilitem o processo de seleção e aquisição de material bibliográfico, incluindo o descarte.

Devem ser incluídos critérios simples de avaliação de coleções como forma de respaldar e subsidiar a atividade de desenvolvimento de coleções. As avaliações devem ser realizadas através de estudos de uso, cujos resultados precisam ser confrontados com os programas acadêmicos e suas bibliografias, servindo como fontes indicadoras da adequação do acervo, para embasar projetos e programas de aquisição de material bibliográfico. Uma análise conjunta com o corpo docente, além de subsidiar decisões a serem tomadas, servirá também como meio de integração entre a biblioteca e a universidade.

6.2 AQUISIÇÃO COOPERATIVA E PLANIFICADA

A cooperação, em termos de aquisição, não é fácil de ser implantada, devido às características peculiares a cada biblioteca universitária e à falta de tradição em atividades cooperativas.

Devido à escassez de recursos financeiros, é quase impossível pensar-se em aquisição cooperativa e planejada em nível nacional, principalmente em se tratando de monografias. Considerando também a pouca prática do empréstimo interbibliotecas, deve-se tentar implantá-la pelo menos em nível local, institucional, maximizando os recursos disponíveis.

Por outro lado, se os recursos tecnológicos hoje disponíveis forem utilizados adequadamente e as bibliotecas se dispuserem a trabalhar de modo cooperativo, podemos pensar em uma aquisição cooperativa e planejada mais ampla, em nível regional e mesmo nacional.

6.3 CONTROLE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Muito se tem falado acerca da responsabilidade do controle da produção científica da universidade. Indubitavelmente cabe à biblioteca universitária este controle.

As facilidades tecnológicas da automação tornaram simples e eficaz o controle da produção bibliográfica institucional. Deve-se, portanto, constituir bases de dados sobre a informação científica e tecnológica gerada pela universidade, não só para controle bibliográfico local mas fazendo disso também um elemento de integração entre os pesquisadores e a biblioteca.

Cabe à biblioteca apontar as vantagens para o pesquisador em fazer o depósito sistemático de sua produção científica, bem como assegurar, via acordos com outras instâncias da universidade, mecanismos que obriguem o pesquisador a entregar um exemplar de cada trabalho produzido para registro na biblioteca.

Na medida em que cada biblioteca conseguir ter a produção bibliográfica de sua unidade/instituição sistematizada e organizada, será possível compor uma base de dados da produção científica brasileira. Isto poderá viabilizar a elaboração de bibliografias brasileiras especializadas, a exemplo do que ocorre nas áreas de Medicina e Odontologia, tendo como pólos geradores as universidades consideradas centros de excelência em cada especialidade do conhecimento.

6.4 Preservação do acervo

Assim como cabe aos bibliotecários organizar o acervo, de forma a facilitar sua utilização, cabe a todos, incluindo os usuários, preservá-lo. Esta preservação comporta o manuseio adequado da coleção e uma ação educativa para conscientizar da importância da biblioteca, reprimindo atos de vandalismo e roubo.

Como forma de veicular campanhas educativas, pode-se utilizar os diretórios acadêmicos, palestras para as turmas de calouros, conversa “ao pé do ouvido” junto aos professores e alunos, para discutir os problemas enfrentados com relação à mutilação e perda de material bibliográfico. Isto faz com que, dependendo da ênfase que seja dada, tenhamos verdadeiros “fiscais do acervo”.

7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

7.1 USO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS

É necessário ter uma ampla visão das tecnologias da informação e, ao mesmo tempo, um conhecimento específico sobre cada uma delas, de modo a decidir quais os recursos mais adequados para a prestação de serviços, visto que a oferta e diversidade destes, aplicáveis à área da informação, é muito grande. Por exemplo: correio eletrônico, fax, scanners, entre outros, facilitam e agilizam a transmissão de dados e o fornecimento de cópias de documentos. Da mesma forma, as redes também devem ser usadas para divulgação de informações e de acervos, através de serviços adequados, de *home pages*, e para disponibilizar bases de dados locais.

7.2 FORTALECIMENTO DA AUTOMAÇÃO

O processo de automação é abrangente, com aplicação em praticamente todos os setores da biblioteca, não se restringindo apenas ao registro e ao controle de acervos.

Cabe às bibliotecas identificar rotinas e conjuntos de dados a serem automatizados, contemplando as áreas de formação e desenvolvimento de coleções, controle bibliográfico, serviços aos usuários e gerência administrativa, dentro de um sistema integrado. Deve-se considerar as vantagens advindas da automação, para implementar atividades de cooperação e intercâmbio, além do aumento do controle, velocidade e melhoria na qualidade da prestação de serviços.

Especificamente com relação às IES que possuem seus acervos automatizados, estes devem ser disponibilizados através de redes de informação,

como a Rede Antares, como forma de compartilhamento de recursos documentários, fortalecendo os esforços cooperativos.

8 USUÁRIOS E SERVIÇOS

8.1 ESTUDO DE USUÁRIOS

Os estudos de usuários precisam ser realizados de forma simples e objetiva, de modo a informar quem é o usuário, o que ele busca e o que ele pensa, bem como seu grau de satisfação com relação aos serviços prestados pela biblioteca.

Estes estudos devem ter objetivos bem definidos e seus resultados devem ser utilizados para fins de administração e planejamento.

8.2 EDUCAÇÃO DO USUÁRIO

A educação do usuário abrange não só o treinamento de usuários para uso das fontes de informação disponíveis mas, também, sua conscientização com relação ao comportamento que deve ter frente aos colegas, com quem compartilha os recursos bibliográficos.

Um programa de educação de usuários deve incluir, além do treinamento no uso de fontes especializadas e do acervo geral, hábitos comportamentais dentro do recinto da biblioteca, com ênfase na conservação e preservação do acervo.

8.3 ACESSO À INFORMAÇÃO E AO DOCUMENTO

As novas tecnologias facilitam e ampliam o acesso à informação. O bibliotecário, através de treinamento e de educação continuada, deve estar a par da diversidade de tecnologias e de suportes de informação para atender uma demanda crescente de serviços que exige, cada vez mais, maior qualidade e precisão.

Entretanto, é preciso atentar para a diferença entre *acesso à informação* e *acesso ao documento*. A qualidade da prestação dos serviços de informação só será plena quando o acesso à informação se fizer acompanhar pelo acesso ao documento. Isto pode ser atrelado a uma participação efetiva em programas cooperativos, como catálogos coletivos e comutação bibliográfica, que agilizam a troca de informações e acesso ao documento.

Falta consolidar uma atividade ainda incipiente, que é o empréstimo interbibliotecas, hoje realizado informalmente, que precisa ser sistematizado com urgência.

8.4 PROMOÇÃO DA BIBLIOTECA COMO RECURSO DIDÁTICO

Cabe ao bibliotecário mostrar ao professor que a biblioteca, pela diversificação dos recursos informacionais que possui, constitui um excelente suporte ao seu trabalho. Agindo em conjunto com o corpo docente, o bibliotecário não só estará colaborando para o processo de ensino/aprendizagem, como também estará facilitando a integração biblioteca/universidade, com benefícios mútuos.

Os bibliotecários devem propor aos professores sua colaboração, através de palestras sobre bibliografias especializadas ou de treinamento no uso de fontes de informação, incentivando a utilização do acervo.

9 CONCLUSÃO

Não se pode fazer uma leitura fragmentada das ações propostas acima: deve-se entendê-las como elos integrados de uma grande cadeia, considerando a inter-relação que existe entre os aspectos mencionados.

As organizações e as pessoas devem trabalhar de forma integrada, num esforço coletivo, pensando globalmente e agindo localmente.

Com a visão sistêmica da biblioteca universitária, considerando sua interação com a universidade, seus usuários e a ambiência que a cerca, o bibliotecário, a partir de ações conseqüentes, estará conquistando autoridade e competência para desempenhar atividades de coordenação em nível institucional, assumindo seu papel dentro da universidade.

Se as bibliotecas universitárias, individualmente, se empenharem em executar cada uma das ações propostas, seguramente estarão a caminho da consolidação de um Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias realmente articulado.

Para que estas ações sejam realmente coletivas, é necessário que as bibliotecas disponham de um canal de comunicação entre si. Aproveitando as facilidades que as tecnologias da informação oferecem, sugerimos uma lista de discussão, via Internet, através da qual as bibliotecas se comuniquem, trocando idéias e experiências na busca de soluções para seus problemas.

A proposta, apresentada de forma simples, sem pretender ser exaustiva, busca motivar a reconquista do espaço da biblioteca universitária no contexto educacional.

ABSTRACT

This paper proposes the resumption of activities to facilitate the integration of university libraries through collective efforts, as a way of consolidating the national system of university libraries, based on guidelines in the first and second National Plans for University Libraries.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ANDRADE, D. C. Critérios para seleção de livros : o caso das Ciências Sociais e Humanidades. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 7., 1991, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro : SIBI/UFRJ, 1992. v.2, p.392-401.
- 2 CHASTINET, Y. Padrões. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 7., 1991, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SIBI/UFRJ, 1992. v.1, p.1-10
- 3 COSTA, M. M. D.; HEEMANN, V. Automação em bibliotecas : o uso de novas tecnologias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 7., 1991, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SIBI/UFRJ, 1992. v.1, p.11-15

RIAS, 8., 1994, Campinas. **Anais...** Campinas : Biblioteca Central/ UNICAMP, 1994. p.325-337

- 4 GARCIA, M. L. A. **Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias** : planejamento e permanência. [s.l.: s.n.] 1991. (Documento preliminar)
- 5 HAMMER, M.; CHAMPY, J. **Reengenharia**: revolucionando a empresa em função dos clientes, da concorrência e das grandes mudanças da gerência. Rio de Janeiro : Campus, 1994. P.31
- 6 KLAES, R. R.; PFITSCHER, E. F. Ainda e sempre a questão da integração biblioteca e universidade. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 8., 1994, Campinas. **Anais...** Campinas : Biblioteca Central/UNICAMP, 1994. p. 289-300
- 7 PARANHOS, W. M. M. R.; CARVALHO, C. A. P. de. Política de automação para bibliotecas universitárias brasileiras. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 6., 1989, Belém. **Anais...** Belém : UFPa, 1990. v.1, p.204-222
- 8 PNBU - Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias: atos de criação. Brasília : MEC/SESu, [1986?].
- 9 PNBU - Plano Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior. Brasília : PROBIB, 1990. 13 p. (SESu/PNBU/DOC.PLAN.013/90)
- 10 ROCHA, I. V. Projeto do prédio da Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 6., 1989, Belém. **Anais...** Belém : UFPa, 1990. v.2, p.127-134
- 11 SCHREINER, H. B. Análise de dados e rotinas em bibliotecas universitárias visando sua automação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 6., 1989, Belém. **Anais...** Belém: UFPa, 1990. v.2, p.13
- 12 TARAPANOFF, K. **O profissional da informação pensando estrategicamente**. [s.l.: s.n.], 1996. 21 f. Trabalho apresentado no Simpósio Brasil-Sul de Informação, Londrina-PR, 1996.